



JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

---

PROCESSO Nº 1005544-20.2019.4.01.0000  
HABEAS CORPUS CRIMINAL (307)  
PACIENTE: PEDRO HENRIQUE GONCALVES MARTINELLI e outros  
IMPETRADO: Juízo Federal da 4ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba - MG  
RELATOR(A): OLINDO HERCULANO DE MENEZES

---



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**  
**Gab. 12 - DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES**  
**Processo Judicial Eletrônico**

---

**HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) n. 1005544-20.2019.4.01.0000**

---

## RELATÓRIO

**O Exmo. Sr. Desembargador Federal OLINDO MENEZES (Relator):** — Pedro Henrique Gonçalves Martinelli, brasileiro, solteiro, estudante, residente em Uberaba/MG, de próprio punho, impetra ordem de *habeas corpus* em face de ato da 4ª Vara Federal de Uberaba/MG, que o condenou pela prática dos crimes dos arts. 241-A, 241-B e 241-D da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Sustenta que está preso desde 11/06/2017, e a pena realizada pela sentença revela-se de evidente desproporcionalidade, considerando sua situação pessoal de penalmente primário, com bons antecedentes e ser estudante universitário, além de

considerar indevida o cumulo material das penas entre crimes da mesma espécie, praticados sem grave ameaça e desprovidos de violência real.

Destaca que somente duas circunstâncias judiciais foram valoradas em seu benefício, quais sejam: a conduta social e os antecedentes penais; e que com as demais, em seu desfavor, foram utilizados “elementos instrumentais do delito para justificar a valoração”.

Discorre sobre todas as circunstâncias judiciais anotadas em seu desfavor, postulando a redução das penas-base ao mínimo legal, bem assim a exclusão do concurso material, o reconhecimento da continuidade delitiva e a aplicação do princípio da consunção entre os delitos dos arts. 241-A e 241-B da Lei 8.069/1990.

O órgão do Ministério Público Federal nesta instância, em parecer firmado pelo Procurador Regional da República Hermes D. Marinelli, opina pela denegação da ordem (Id 11782453).

É o relatório.

Desembargador Federal **OLINDO MENEZES**

**Relator**

---

**VOTO - VENCEDOR**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Processo Judicial Eletrônico**  
**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**  
**Gab. 12 - DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES**

---

**HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) n. 1005544-20.2019.4.01.0000**

---

**V O T O**

**O Exmo. Sr. Desembargador Federal OLINDO MENEZES (Relator):** — A impetração busca o reexame da dosimetria da pena imposta ao paciente pela sentença, que o condenou pela prática dos crimes descritos no art. 241-A, *caput*, em concurso material (art. 69 - CP) com o crime do art. 241-B e art. 241-D, II, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

A sentença impôs-lhe as seguintes penas, já computada a continuidade delitiva de 1/5 (um quinto) para os delitos dos art. 241 A e B e o concurso material entre os dois crimes do art. 241-D — 4 (quatro) anos e 8 (oito) meses de reclusão pelo crime do art. 241-A; 3 (três) anos de reclusão pelo delito do art. 241-B; e 5 (cinco) anos pelo crime do art. 241-D, da Lei 8.069/1990.

Em todos os casos a pena-base foi estabelecida acima do mínimo legal, considerando que, nos termos do art. 59 – CP, teve valoradas negativamente a culpabilidade, a personalidade (transtorno de personalidade aferida em procedimento de insanidade mental), os motivos, as circunstâncias e as consequências dos crimes.

Pelo que se observa e até pela verificação da Apelação 5329-72.2017.4.01.3802/MG, de minha Relatoria, distribuída em 01/08/2018, a autoridade impetrada já analisou oportunamente o pedido objeto da impetração, demonstrando que a matéria objeto da insurgência está sendo tratada no recuso de apelação.

O natural é que o exame de dosimetria de pena, até mesmo pela complexidade fática, se dê no âmbito do julgamento da apelação, não sendo o *habeas corpus* o meio processual mais adequado, ressalvados os casos excepcionais.

A inicial alude a eventual excesso de valoração negativa das circunstâncias do art. 59 do CP para a fixação da pena, mas isso — e sem adiantar juízo de valor a respeito das teses da apelação — não se evidencia a olho nu de um exame superficial de eventual falta de razoabilidade, considerando-se o conjunto dos crimes, senão no que toca, aparentemente, ao crime do art. 241-D da Lei 8.069/1990, no qual a sentença, adotando a mesma valoração negativa do art. 59 do CP para os demais crimes, estabeleceu a pena-base no máximo legal, diferentemente do que fizera com os outros dois delitos.

Embora o fato, visto comparativamente com a dosimetria realizada para os demais crimes, possa revelar um excesso da sentença, a adoção do mesmo parâmetro utilizado pelo julgado não representaria alteração substancial e imediata na realidade processual do paciente, para autorizar o reexame dos fatos neste *writ*.

A eventual correção desse excesso não autorizaria a alteração do regime inicial da pena; a eventual conversão da privativa de liberdade em pena restritiva de direitos ou a sua progressão, circunstâncias que não justificam a atuação revisional do Tribunal fora das balizas da apelação, com o reexame da prova.

Nem mesmo a alegação de eventual consunção entre os crimes do art. 241-A e 241-B, da Lei 8.069/1990 tem respaldo na jurisprudência do STJ e desta Corte, conforme aresto abaixo:

*[...] 1. As condutas de armazenamento de arquivos de pornografia infantojuvenil e posterior transmissão parcial dos referidos arquivos denotam autonomia apta a configurar o concurso material, afastando-se a tese defensiva de aplicação do princípio da consunção.*

*2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1471304/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, julgado em 10/12/2019, DJe 19/12/2019)*

Tal o contexto, e sem prejuízo da reavaliação da situação do paciente no exame da apelação, denego a ordem *habeas corpus*.

É o voto.

Desembargador Federal **OLINDO MENEZES**

**Relator**

---

## DEMAIS VOTOS

---



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**  
**Gab. 12 - DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES**  
**Processo Judicial Eletrônico**

**HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) n.1005544-20.2019.4.01.0000**  
**PACIENTE: PEDRO HENRIQUE GONCALVES MARTINELLI**  
**IMPETRANTE: PEDRO HENRIQUE GONCALVES MARTINELLI**  
**IMPETRADO: JUIZO FEDERAL DA 4ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UBERABA - MG**

**E M E N T A**

**PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. REEXAME DA DOSIMETRIA DA PENA. CONDENÇÃO. CRIMES DO ECA (ARTS. 241-A, B, E D – LEI 8.069/1990). MATÉRIA FÁTICA JÁ SUBMETIDA AO TRIBUNAL NA APELAÇÃO. INVIABILIDADE DA DISCUSSÃO EM HABEAS CORPUS. DENEGAÇÃO DA ORDEM.**

1. A impetração busca o reexame da dosimetria da pena imposta ao paciente pela sentença, que o condenou pela prática dos crimes descritos no art. 241-A, *caput*, em concurso material (art. 69 - CP) com o crime do art. 241-B e art. 241-D, II, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
2. A sentença impôs-lhe as seguintes penas, já computada a continuidade delitiva de 1/5 (um quinto) para os delitos dos art. 241 A e B e o concurso material entre os dois crimes do art. 241-D — 4 (quatro) anos e 8 (oito) meses de reclusão pelo crime do art. 241-A; 3 (três) anos de reclusão pelo delito do art. 241-B; e 5 (cinco) anos pelo crime do art. 241-D, da Lei 8.069/1990.
3. Em todos os casos a pena-base foi estabelecida acima do mínimo legal, considerando que, nos termos do art. 59 – CP, teve valoradas negativamente a culpabilidade, a personalidade (transtorno de personalidade aferida em procedimento de insanidade mental), os motivos, as circunstâncias e as consequências dos crimes.
4. O natural (e recomendável) é que o (re)exame de dosimetria de pena, até mesmo pela sua complexidade fática, se dê no âmbito do julgamento da apelação, não sendo o *habeas corpus* o meio processual mais adequado, ressalvados os casos excepcionais.
5. Ordem de *habeas corpus* denegada.

**A C Ó R D ã O**

Decide a Turma denegar a ordem de *habeas corpus*, à unanimidade.

4ª Turma do TRF da 1ª Região – Brasília, 05 de maio de 2020.

Desembargador Federal **OLINDO MENEZES**, Relator

Assinado eletronicamente por: **OLINDO HERCULANO DE MENEZES**

**08/05/2020 16:07:16**

<http://pje2g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **54163060**



200508160716083000000

IMPRIMIR

GERAR PDF